



DOSSIÊ

O Legado dos Megaeventos no Rio de Janeiro

Praça Mauá, Rio de Janeiro, 10.06.2016.
Acervo: Empresa Olímpica Municipal (EOM) / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação

Caro leitor, antes de tudo devo adverti-lo que essa apresentação não seria escrita por mim.

Esse dossiê surgiu a partir do convite feito pelas editoras da revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) ao professor do Instituto de Geografia da UERJ, Gilmar Mascarenhas, para que organizasse um número sobre o legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016, no Rio de Janeiro. Passados três anos, os impactos da realização deste megaevento na capital fluminense — a primeira edição na América do Sul — poderiam ser mensurados e analisados de maneira mais madura e distanciada da efervescência do momento de construção (física e simbólica) da cidade olímpica. Com uma obra que se tornou referência em diferentes estudos da geografia, do turismo, do esporte e do lazer, Gilmar tomou os megaeventos esportivos como objeto de suas reflexões muito antes do país sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, inspirando um grande número de trabalhos acadêmicos, em diferentes disciplinas, sobre o assunto. Apaixonado pela cidade onde nasceu e sempre viveu, sem deixar de ser um crítico contumaz de suas contradições, Gilmar era a pessoa indicada para conduzir essa reflexão sobre um importante capítulo da história recente do Rio de Janeiro.

No final de abril de 2019, quando ele recebeu o convite para organizar esse dossiê, não titubeou e rapidamente pensou em alguns colegas pesquisadores que poderiam se somar a este projeto, todos de instituições fluminenses e que prontamente aceitaram o seu simpático convite, redigido com o

uso das habituais metáforas futebolísticas para definir a “escalação do time que entraria em campo”. Com o precoce e injusto falecimento de Gilmar, menos de dois meses depois, vítima da supremacia que tanto criticava dos veículos automotores sobre os pedestres e ciclistas, a editoria da revista propôs aos autores que mantivessem a organização do dossiê.

Mais do que isso, a publicação consistiria em uma homenagem a Gilmar, sendo a mim delegada a função de conduzir a tarefa, o que me fez sentir honrada ainda que ciente da dificuldade de fazer algo à altura do que ele mereceria. Além de um parceiro acadêmico admirado, Gilmar era meu parceiro de vida, que irrigava de amor meu cotidiano doméstico, cidadão e universitário. Mesmo sabendo que este não seria absolutamente um trabalho acadêmico como outro qualquer, aceitamos o desafio. Falo aqui no plural porque foi uma decisão coletiva, já que todos os autores consideraram que o dossiê deveria ser concluído, imaginando que este seria o desejo de Gilmar. Apesar de toda a tristeza que nos afligia, decidimos manter o projeto tal como ele havia concebido, desde o início.

Para entender a importância simbólica desse feito, cito trecho da recente e belíssima homenagem feita por seu ex-orientando e então parceiro de muitos trabalhos, professor Leandro Dias de Oliveira (2019, p. 274), que também assina um dos textos dessa publicação:

Todos aqueles que conviveram com a escrita elegante, com a fala pausada, forçosamente cuidadosa e divertida e com o universo de pesquisa de Gilmar Mascarenhas, sabe que era essencial em seu vocabulário o uso da expressão legado. A rigor, quando investigava os incontáveis jogos esportivos transformados em megaeventos — pan-americanos, jogos olímpicos de inverno e de verão, copas do mundo de futebol e tantos outros — ou quando pensava, à luz da ciência geográfica, o urbanismo turístico ou as feiras livres cariocas, para ficarmos apenas nestes exemplos, sua preocupação era sempre presente-futura.

Aos que desejam conhecê-lo melhor, recomendo a leitura do citado artigo-homenagem, no qual o autor mapeia o singular legado da obra de Gilmar, reconhecendo que o seu espólio teórico conceitual e o pioneirismo no trato de alguns temas à luz da geografia ainda serão merecedores de análises mais profícuas e aprofundadas. Este dossiê não tem certamente esse propósito, mas consiste em uma singela proposta de também homenageá-lo, mantendo viva a memória do seu legado como pesquisador reconhecido

nacional e internacionalmente, além de colega afetuoso e ativo defensor de uma cidade mais justa e uma universidade pública de qualidade.

A estrutura do dossiê segue o que ele propôs como os principais temas que envolvem o legado dos megaeventos esportivos (moradia, imagem urbana, meio ambiente, cidadania, mobilidade e esportes), incluindo o que seriam, em suas palavras, “localidades cariocas emblemáticas radicalmente afetadas pelos megaeventos (o estádio Maracanã e a região portuária)”, de forma que pudéssemos envolver mais ainda temáticas relevantes como patrimônio, memória, gentrificação, cultura popular e as plurais formas de resistência. A maioria dos autores deste dossiê provém da geografia — alguns fazem parte, inclusive, da sua extensa rede de parceiros acadêmicos — mas há também pesquisadores vinculados a outras disciplinas, como a sociologia, a comunicação social e a antropologia, o que reforça o fato de que os Jogos Olímpicos podem e devem ser vistos sob múltiplos olhares e perspectivas.

Em uma pequena crônica sobre as Olimpíadas, escrita durante o período em que viveu nos Estados Unidos, o antropólogo Roberto DaMatta (2005) diz que não há sociedade que não tenha modos variados de ler-se a si mesma, de forma múltipla e até divergente, que permitem passar do mais pesado pessimismo à mais angelical positividade. Considerando, como o autor, que as Olimpíadas são um rito de passagem coletivo que, mesmo abrangendo a comunidade esportiva mundial, não deixa de produzir eventos locais por ela orquestrados, esse dossiê consiste em um esforço conjunto de produzir uma leitura crítica e abrangente desse processo, abarcando tanto o que se apresentava na vitrine quanto o que se passava nos bastidores. Afinal, diz DaMatta (2005, p. 161), “como todo ritual, as Olimpíadas escondem e revelam...”

O artigo que abre o dossiê aborda um tema bastante caro ao Rio de Janeiro — cidade que, além de dotada de grande diversidade ambiental, já sediou duas conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável. Em *Sustentabilidade Olímpica? Reflexões sobre o legado ambiental dos Jogos do Rio de Janeiro – 2016*, Leandro Dias de Oliveira analisa o que chama de “impacto ideológico” do fracasso das ações ambientais das olimpíadas cariocas, mostrando como, apesar desse megaevento ter sido planejado mediante os dogmas do modelo de desenvolvimento sustentável, ele teria, na verdade, contribuído para o atual descrédito das discussões ambientais contemporâneas. Mesmo vivendo em tempos de “barbárie ambiental”, enuncia o autor, é possível acreditar que os organizadores das edições posteriores aprendam

com os erros das promessas ambientais não cumpridas em solo brasileiro, direcionando à questão ambiental o tratamento e a importância que merece.

Outro tema que também inspirou grandes promessas de legado das Olimpíadas de 2016 é o foco do artigo *BRT e mobilidade urbana: narrativa ou solução?*. Nele, Ronaldo Pimenta de Carvalho Junior problematiza a narrativa de alguns agentes sociais (nacionais e internacionais) envolvidos no processo de formação de um consenso que subsidiou a gestão pública do município a adotar o modelo de transporte denominado BRT (Bus Rapid Transport) como, ao mesmo tempo, solução de mobilidade urbana e legado olímpico.

A mobilidade urbana é considerada um dos pilares estratégicos de sucesso do megaevento e, no caso do Rio de Janeiro, é certamente um dos problemas que mais afligiam o cotidiano dos moradores da metrópole carioca devido ao perfil radial de sua rede de transporte, há décadas contestado. Os principais centros de competições dos Jogos não se conectavam por meio de uma rede de transportes públicos de massa e a solução encontrada foi implantar um sistema de BRT, vendido como “rápido, barato e de alta capacidade” de transporte de passageiros. Contudo, a estratégia escolhida recaiu na adoção de um modal rodoviário, de baixa capacidade de transporte, e que se viu rapidamente acompanhado de diversos problemas técnicos e operacionais. Apesar da narrativa cuidadosamente elaborada para então vender o sistema adotado como “moderno, barato e eficaz”, o legado olímpico revelou-se caro, precocemente obsoleto e incapaz de resolver os problemas de mobilidade do Rio de Janeiro. A forma como o próprio Gilmar partiu, circulando pela cidade de bicicleta, aliás, nos faz pensar o quanto ainda precisamos avançar nesse debate crucial a qualquer metrópole.

As obras de construção dos BRT's eram, por sua vez, uma das principais justificativas para as remoções ocorridas no período de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, gerando muitas críticas e protestos. O artigo de minha autoria, *A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada: megaeventos esportivos e direito à moradia no Rio de Janeiro*, dedica-se justamente a analisar os conflitos e as mobilizações coletivas em torno desta questão problemática. A partir de pesquisa realizada entre 2011 e 2016 junto ao Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o artigo debruça-se sobre uma campanha promovida por este coletivo contra as remoções forçadas, em particular na defesa de moradores de uma localidade vizinha à área destinada à construção do Parque Olímpico. Ao descrever as disputas desencadeadas ao longo dos anos, assim como alguns marcos históricos e políticos que caracterizaram esse processo, procuro mostrar em que medida este movimento

social, através de um conjunto de ações articuladas, contribuiu para tornar os megaeventos esportivos um problema público e construir outras narrativas sobre a cidade.

Além da região do Parque Olímpico, na Zona Oeste, a região portuária, na área central da cidade, também foi alvo de grandes disputas, sendo a ela dedicados os dois artigos seguintes. Considerado um dos maiores projetos de requalificação urbana das últimas décadas e que esteve diretamente associado à candidatura vitoriosa aos Jogos Olímpicos, o Porto Maravilha é objeto da análise de Ricardo Ferreira Freitas e Maria Helena Carmo dos Santos. No artigo *Porto Maravilha: para onde vai este legado?*, os autores discutem o impacto da Rio 2016 para a paisagem urbana e, conseqüentemente, para a imagem que se queria construir para o novo porto. Num contexto de avanços, com a construção de equipamentos culturais como os museus de Arte do Rio e do Amanhã, entre outros, mas também de retrocessos, como o recente corte de verbas públicas para estes mesmos equipamentos, como essa imagem de ‘renascimento’ do porto irá se sustentar? Esta é uma das perguntas lançadas pelos autores.

Imprimindo um outro olhar sobre esse mesmo projeto, Julia Santos Cossermelli de Andrade e Milena Paula de Melo — respectivamente, colega de Gilmar no Instituto de Geografia da UERJ e sua então orientanda de doutorado — abordam os rastros deixados na região portuária após a passagem ruidosa dos megaeventos na cidade. No artigo *Legados do projeto do Porto Maravilha: verticalidades e horizontalidades nas disputas territoriais*, as autoras descrevem, através dos conceitos propostos por Milton Santos, o controverso conjunto de atores e ações em jogo no projeto, mobilizando os interesses de grandes empresas e do capital internacional com a revitalização da região, mas também despertando forças locais de resistência e de reivindicação do direito à memória do passado escravocrata, com o reconhecimento do Cais do Valongo como “Sítio de Memória Sensível”. A luta pela memória dos mortos não deve, porém, descartar as necessidades dos vivos. Evocando o caráter não promissor do contexto atual, as autoras ressaltam, ao final, a necessidade da conversa para voltarmos a “sonhar os futuros possíveis”. E para que os desejos dos que se foram, inclusive o próprio Gilmar, possam ser “nossos impulsos de luta”.

Migrando para a Zona Norte, o artigo de Demian Garcia Castro e Fernando da Costa Ferrreira — dois ex-orientandos de doutorado de Gilmar que também se tornaram seus parceiros acadêmicos — aborda um objeto pelo qual ele era apaixonado e dedicou anos de pesquisas: o estádio de futebol. No

caso, o Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como “Maracanã”, palco da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Em *Os megaeventos esportivos e seus impactos no Maracanã: reformas, resistências e reconquistas*, os autores refletem sobre a relação dos megaeventos esportivos com a gestão urbana empreendedorista neoliberal e seus impactos sobre o Complexo do Maracanã, incluindo o estádio e os equipamentos do seu entorno, mas também os movimentos de resistência, sobretudo aqueles articulados pela campanha “O Maraca é nosso!”. Ao final, apontam alguns processos de reconquista do estádio no contexto pós-olímpico. Conforme Gilmar já havia mencionado em seu livro **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol** (2014), o rico movimento de apropriação do estádio, no qual os usuários não querem se reduzir a meros consumidores e passivos observadores, faz desse equipamento coletivo “um elemento singular na reprodução social da cidade” (IBIDEM, p. 161).

Sendo os Jogos Olímpicos um megaevento esportivo, o dossiê não poderia deixar de abordar esse seu legado. E sendo a geografia dos esportes uma de suas especialidades, Gilmar seria o autor do artigo provisoriamente intitulado *Como é possível ser esportivo na Cidade Pós-Olímpica?*. Digo provisoriamente, porque ele não pôde finalizá-lo a tempo. As seis páginas do texto inacabado foram redigidas em sua sala na UERJ na noite de 7 de junho de 2019, véspera do acidente de trânsito que o vitimou. No entanto, os trechos esboçados nos permitem inferir a discussão que pretendia trazer. Reproduzimos aqui algumas de suas palavras:

O objetivo deste artigo é tecer algumas reflexões e ilações em torno dos efeitos dos Jogos Rio 2016 sobre o panorama esportivo carioca, isto é, sobre as condições concretas de acesso à prática esportiva por parte dos habitantes da cidade e, por extensão, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em outras palavras, perguntamo-nos: após o imenso volume de gastos governamentais, e de todo o discurso de que tal investimento resultaria em aprimoramento da vida esportiva carioca, é possível afirmar como nos tornamos (efetiva ou potencialmente) mais “esportivos” desde então?

O título do artigo, dizia Gilmar, tomava de empréstimo, propositalmente, a reflexão do sociólogo Pierre Bourdieu (1983), ao indagar sobre a existência de um espaço de produção dotado de uma lógica e uma história própria, no interior do qual se engendra o universo das práticas e dos con-

sumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento, e quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes “produtos esportivos” assim produzidos. Buscando, de maneira similar, analisar as “condições sociais que tornam possível a constituição do sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos” (Bourdieu, 1983, p. 137-38), Gilmar sustentava, enquanto geógrafo, que “essa oferta esportiva e sua aceitação passam também pelo espaço edificado, pela cidade propriamente dita: equipamentos esportivos, sua disponibilidade de uso, sua adequação à demanda local e sua acessibilidade”.

Pensando o direito ao esporte como um capítulo do direito à cidade, Gilmar pretendia mencionar como se deu esse processo durante algumas experiências de megaeventos esportivos. No caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007, realizado no Rio de Janeiro e analisado por ele em trabalhos anteriores, descreve:

Nossos anos de estudos desembocaram na avaliação de que Pan-2007 não visou o desenvolvimento do esporte na cidade, no seu sentido comunitário, socioeducativo e de formação do cidadão. Basicamente, este evento utiliza o desporto como poderoso discurso a justificar as lucrativas operações urbanístico-empresariais. Em suma, a prática do remo na Lagoa já sofria pressões, mas prevalecia no local talvez pela força de seu capital simbólico adquirido em longa história na cidade, na qual construiu identidade significativa. Mas recebeu, através do Pan-2007, um golpe que enfraqueceu a atividade, que hoje carece de espaços e condições para formar novas gerações de atletas. Prevaleceu, na produção da cidade, mais uma vez, o valor de troca sobre o valor de uso, que vem tecendo mais um capítulo de ressignificação da Lagoa Rodrigo de Freitas e sua orla, enquanto espaço público para as práticas de sociabilidade lúdica.

Sobre o legado esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, Gilmar ainda havia redigido poucas palavras, sugerindo apenas alguns pontos problemáticos que pretendia abordar, tais como o Parque Radical, complexo esportivo construído em Deodoro e que se encontra hoje em condições de abandono; o Campo Olímpico de Golfe, construído em área de preservação ambiental e que, apesar de ser um espaço público e aberto ao público em geral, quem o usufrui hoje é um seletor público capaz de pagar o elevado valor das diárias;

e, ainda, o Parque Olímpico, construído numa área de 118 hectares na valorizada Barra da Tijuca e que, apesar do alto custo de manutenção, ainda se mantém subutilizado.

A respeito do maior complexo esportivo construído para os Jogos Olímpicos, em julho de 2018 eu e Gilmar participamos de uma visita guiada ao Parque Olímpico. Tratava-se de uma atividade oferecida gratuitamente pela Aglo (Autoridade de Governança do Legado Olímpico, autarquia criada após os Jogos) e divulgada pela sua equipe de *marketing* como “uma excelente oportunidade para se conhecer o legado olímpico, vivenciar a memória dos jogos e incentivar a inclusão social, a prática de esportes e de hábitos saudáveis”. Passando-nos por meros visitantes, estávamos interessados sobretudo em ver as condições e os usos recentes dos espaços e equipamentos esportivos. Entre alguns aspectos que nos chamaram a atenção, estavam o elevadíssimo custo de manutenção de alguns equipamentos, como o velódromo, cuja pista de madeira siberiana demandava constante refrigeração, e a insuficiência dos projetos sociais existentes para tornar aqueles espaços regularmente utilizados e minimamente rentáveis. Alguns equipamentos esportivos não estavam muito distantes, assim, do que vem sendo chamado de “elefantes brancos”. Havia, por sua vez, um enorme esforço de melhorar a imagem do Parque Olímpico através dos projetos sociais e da própria visita guiada. Imagino que muitas observações sobre isso seriam abordadas, de maneira mais minuciosa, por Gilmar em seu texto.

Pelas pistas deixadas, sua análise do legado esportivo abarcaria ainda o equívoco de se ter concentrado os recursos públicos nas megaestruturas dos Jogos Olímpicos, deixando de investir nas vilas olímpicas já existentes. Desse modo, a despeito dos megaeventos esportivos, ele sintetizou numa frase a ideia de que “o Rio esportivo sobrevive na informalidade”, com os esportes praticados pela população principalmente em espaços naturais, ao ar livre, como as praias cariocas. Infelizmente, Gilmar não pôde desenvolver sua argumentação, o que nos brindaria com uma perspectiva bastante ampla sobre a repercussão deste megaevento na prática esportiva. Tal como seu texto, o conjunto das análises deste dossiê parece evocar, em relação ao legado dos Jogos Olímpicos de 2016, uma sensação de promessa não cumprida, de uma obra ainda inacabada. Ao mesmo tempo, deixa indícios sobre o que podemos aprender com esta experiência.

Este texto incompleto, que aqui reproduzi pequenos trechos, foi a última produção acadêmica do Gilmar. Essas palavras, e minha vida, seguem incompletas. Para os pesquisadores interessados por estes temas, porém, ler

e revisitar os muitos escritos de Gilmar já disponíveis continua sendo uma forma de enriquecer o diálogo, de fertilizar nossas ideias e reflexões, mas também de fazê-lo presente no campo, ajudando nos passes de bola e participando das goleadas. A você, Gilmar, agradecemos tudo que nos deixou e dedicamos com todo carinho essa jogada e as nossas futuras vitórias.

LETICIA DE LUNA FREIRE

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas na mesma instituição

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 136-163.

DAMATTA, Roberto. Olimpíadas. In: *Tocquevilleanas — notícias da América: crônicas e observações sobre os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005, p. 159- 161.

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e*

Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Por uma geografia urbana da resistência: em memória de Gilmar Mascarenhas. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 8, n. 14, 2019, p. 273-294.

Recebido em: 04/12/2019

Aprovado em: 09/12/2019